

**Centrais Eólicas Jequitibá S.A.
– Em recuperação judicial**

Demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2020

Índice

1. INFORMAÇÕES GERAIS	8
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
3. IMOBILIZADO	14
4. FORNECEDORES.....	15
5. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	15
6. OUTRAS CONTAS A PAGAR	16
7. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS	16
8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16
9. DESPESAS	17
10. RESULTADO FINANCEIRO	17
11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18
12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO	18
13. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA.....	19
14. COBERTURA DE SEGUROS.....	20
15. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	20
16. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	20

CENTRAIS EÓLICAS JEQUITIBÁ S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (Companhia em fase pré-operacional)

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Tributos a recuperar		64	50	Fornecedores	4	345	3.591
Despesas antecipadas		3	-	Tributos a recolher		50	93
Ativos classificados como mantidos para venda	13	1.191	-	Arrendamentos a pagar	3.1	-	1
				Partes relacionadas	5	264	179
				Outras contas a pagar	6	1.620	1.620
Total do ativo circulante		1.258	50	Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	13	5	-
				Total do passivo circulante		2.284	5.484
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Depósito judicial		1	1	Fornecedores		2.639	-
Imobilizado	3	-	1.181	Arrendamentos a pagar	3.1	-	5
Total do ativo não circulante		1	1.182	Partes relacionadas	5	1.079	275
				Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	7	-	776
				Outras contas a pagar		781	-
				Total do passivo não circulante		4.499	1.056
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	8		
				Capital social		6.429	6.429
				Prejuízos acumulados		(11.953)	(11.737)
				Total do patrimônio líquido negativo		(5.524)	(5.308)
TOTAL DO ATIVO		1.259	1.232	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		1.259	1.232

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


 Gina Abreu Batista dos Santos
 Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
DESPESAS			
Gerais e administrativas		(145)	(2.035)
Amortizações	3	(1)	(1)
Outras despesas		<u>(138)</u>	<u>(250)</u>
Total	9	(284)	(2.286)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO			
		<u>(284)</u>	<u>(2.286)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	10	68	(540)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO			
		<u>(216)</u>	<u>(2.826)</u>
Prejuízo por ação básico e diluído (expressos em reais - R\$)			
	8.2	(0,03)	(0,44)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do exercício	(216)	(2.826)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(216)</u>	<u>(2.826)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		6.429	(8.911)	(2.482)
Prejuízo do exercício		-	(2.826)	(2.826)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>6.429</u>	<u>(11.737)</u>	<u>(5.308)</u>
Prejuízo do exercício		-	(216)	(216)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	8	<u>6.429</u>	<u>(11.953)</u>	<u>(5.524)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(216)	(2.826)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:			
Amortizações	3	1	1
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	7	5	398
Juros sobre fornecedores e impostos		(75)	(530)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Tributos a recuperar		(14)	(24)
Despesas antecipadas		(3)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(516)	1.010
Tributos a recolher		(58)	(20)
Outras contas a pagar		-	1.620
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(876)</u>	<u>(371)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	3	<u>(11)</u>	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(11)</u>	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Partes relacionadas		889	372
Pagamento de passivo de arrendamento		<u>(2)</u>	<u>(2)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		887	370
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>-</u>	<u>(1)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		-	-
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>-</u>	<u>(1)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


 Gina Abreu Batista dos Santos
 Contadora CRC 027321-O-BA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Eólicas Jequitibá S.A. – em recuperação judicial (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado controlada diretamente pela Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Energia”), e que faz parte do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B (“AS III - Fase B”), do Grupo Renova, que representa as empresas sob controle direto da Renova Energia. A Companhia foi constituída em 15 de maio de 2013 e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente em parque eólico “Jequitibá”, localizado no Estado da Bahia e atualmente encontra-se com as obras de construção de seu ativo paralisadas.

Em regime de autorização, teria toda a sua produção comercializada no mercado livre pela parte relacionada Renova Comercializadora de Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Comercializadora”) controlada direta da Renova Energia. Segundo Portaria nº 5099 da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), o período de autorização da Companhia era de 30 anos a partir de 26 de março de 2015. A capacidade de produção instalada do parque eólico “Jequitibá” é de 8,10 MW.

Em 4 de junho de 2019 a ANEEL revogou a outorga de autorização desse projeto eólico, tendo a Administração da Companhia apresentado a Diretoria da ANEEL pedido de reconsideração da decisão de revogação da autorização. O pedido foi negado e as outorgas canceladas. A Companhia entrou com nova solicitação visando à não execução das garantias de fiel cumprimento relativas ao projeto, essa solicitação continua pendente de julgamento por parte da ANEEL. Adicionalmente, conforme divulgado na nota 6, a Companhia constituiu provisão no montante de R\$1.620 para fazer face às penalidades impostas pela ANEEL em decorrência do cancelamento dessa outorga.

1.1. Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a controladora Renova Energia e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Inicialmente, a controladora Renova Energia apresentou um único plano consolidando todas as empresas recuperandas. No decorrer das negociações esse plano foi desmembrado em dois, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a controladora Renova Energia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, que inclui a Companhia, com o objetivo de buscar uma estrutura de recuperação que possibilite atender melhor aos interesses de credores e recuperandas.

Em 18 de dezembro de 2020 o Grupo Renova protocolou novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizada nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação do pelo Juízo.

Para a recuperação da saúde financeira do Grupo Renova, os planos preveem:

- a) a captação do empréstimo ponte na modalidade *Debtor in Possession* (“DIP”) para finalização das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III –Fase A. Ação iniciada em 17 de dezembro de 2020 com a formalização da contratação do DIP pela parte relacionada Chipley SP Participações S.A. – em recuperação judicial (“Chipley”) e coobrigações da controladora Renova Energia e da parte relacionada Renova Participações S.A. - em Recuperação Judicial, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., estruturada pela Quadra Gestão de Recursos Ltda (“Quadra Capital”), no valor de R\$ 350.000, cujo recurso foi recebido em 05 de março de 2021 (nota 16.1);
- b) alienação de ativos para adequar a estrutura de capital do Grupo Renova. Os planos preveem a alienação de a) 51% das ações representativas do capital social da Brasil PCH detidas pela parte relacionada Chipley (“UPI Brasil PCH”), b) 100% das ações representativas do capital social da parte relacionada SF 120 Participações Societárias S.A. (“UPI Mina de Ouro”), c) 100% das ações representativas do capital social da parte relacionada Enerbras Centrais Elétricas S.A. (“UPI Enerbras”), d) UPI AS III Fase B que engloba os projetos de geração de energia atualmente sob a titularidade das empresas que compõem o Alto Sertão III – Fase B, que inclui a Companhia (nota 16.2) e, e) outros projetos em desenvolvimento;
- c) negociação dos passivos para alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos; e
- d) conclusão dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III –Fase A, gerando empregos, energia e assegurando a continuidade da Companhia.

Os passivos da Companhia negociados no âmbito da recuperação judicial estão centralizados na classe III conforme apresentado a seguir:

<u>Classes</u>	<u>Saldo aprovado no plano de recuperação judicial</u>	<u>Juros</u>	<u>Saldo em 31/12/2020</u>
Classe III - credores quirografários	3.408	14	3.422

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros.
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- d) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 7	2,5%	2,5%	Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 8	2,5%	2,5%	Ano 14	10,0%	12,5%

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com o Plano de recuperação judicial propriamente dito.

1.2. Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$216 (2019, R\$2.826), possui prejuízos acumulados de R\$11.953 (2019, R\$11.737), bem como passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$1.026 (2019, R\$5.434), e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$5.524 (2019, R\$5.308).

Este cenário reflete os efeitos do plano de recuperação judicial, que permitiu a celebração de acordos para equacionar o passivo da Companhia, com a repactuação das taxas de juros e alongando os prazos para quitação da dívida. Ainda em linha com plano i) em 05 de março de 2021 o Grupo Renova recebeu o montante de R\$362.465 referente ao empréstimo DIP assinado em 17 de dezembro de 2020 (Nota 16.1), ii) com recursos em caixa, o Grupo Renova deu andamento a contratação dos fornecedores para retomada da obra dos parques do Alto Sertão III – Fase A, iii) em 06 de abril de 2021, a Companhia concluiu a venda das ações da UPI Fase B, no montante de R\$ 50.730, reforçando o caixa do Grupo para cumprimento do plano, (Nota 16.2), iv) foram contratados assessores para conduzir o processo de vendas dos ativos mencionados na Nota 1.1 junto a potenciais interessados, e v) redução do passivo do Grupo Renova mediante a capitalização de créditos com terceiros, no montante de R\$332.416 (Nota 16.4).

A recuperação judicial faz parte da reestruturação do Grupo Renova e tem por objetivo recuperar a saúde financeira do Grupo Renova, bem como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.3. COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

No início da pandemia houve impacto negativo em diversos setores da economia global, e consequentemente, a demanda por energia. Porém no último trimestre de 2020 houve uma retomada da economia e do consumo da energia. Em dezembro 2020, o Brasil registrou um crescimento de 3,3% em relação ao mesmo mês de 2019.

Para fins de elaboração das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19 nas suas atividades. Foram analisados temas como: i) variação de indicadores macroeconômicos, e ii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Dentro deste cenário a Companhia, em conjunto com a sua controladora, não tem expectativa de impactos da COVID-19 no processo de recuperação judicial, em especial na alienação de ativos e conclusão dos parques eólicos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e até

a data da emissão dessas demonstrações financeiras não foram observados efeitos relevantes decorrentes do COVID-19 nas operações da Companhia.

De forma geral, a Companhia, em conjunto com a sua controladora, implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: criação de protocolos de prevenção, restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 30 de março de 2021.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia classifica nessa categoria o caixa e equivalentes de caixa.

b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores (nota 4); e
- Transações com partes relacionadas (nota 5).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

2.3.2. Ativo imobilizado

2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

2.3.3. Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de

caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. O principal julgamento, estimativa e premissa utilizado para a elaboração dessas demonstrações financeiras está listado a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.5. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

a) Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020:

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia avaliou seus efeitos e a conclusão é de que não há impactos em suas demonstrações contábeis.

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:

Há normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão listadas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Classificação do Passivo em Circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1).

3. IMOBILIZADO

	Saldo em 31/12/2018	Adição	Saldo em 31/12/2019	Adição	Transferência para ativos mantidos para venda (nota 13)	Saldo em 31/12/2020
Imobilizado em curso						
Geração						
Terrenos	189	-	189	-	(189)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.606	-	1.606	-	(1.606)	-
Torres de medição	367	-	367	-	(367)	-
A ratear	1.374	-	1.374	11	(1.385)	-
Aerogeradores	286	-	286	-	(286)	-
Equipamentos de subestação	3.038	-	3.038	-	(3.038)	-
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(5.685)	-	(5.685)	-	5.685	-
Total do imobilizado em curso	<u>1.175</u>	<u>-</u>	<u>1.175</u>	<u>11</u>	<u>(1.186)</u>	<u>-</u>
Direito de uso						
Contratos de arrendamento	-	7	7	-	(7)	-
(-) Amortização contratos de arrendamento	-	(1)	(1)	(1)	2	-
Total do direito de uso	<u>-</u>	<u>6</u>	<u>6</u>	<u>(1)</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>
Total do imobilizado	<u>1.175</u>	<u>6</u>	<u>1.181</u>	<u>10</u>	<u>(1.191)</u>	<u>-</u>

O saldo do imobilizado refere-se basicamente a gastos iniciais com a construção do parque eólico, cujas obras encontram-se paralisadas.

3.1 Direito de uso – Arrendamentos

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia identificou 1 contrato de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2). Para esses contratos, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

	31/12/2020		31/12/2020
Ativo		Passivo	
Não circulante		Circulante	
Imobilizado		Arrendamentos a pagar	2
Direito de uso do ativo arrendado	7	(-) Juros a apropriar	(1)
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	(2)	Total do passivo circulante	1
	<u>5</u>	Não circulante	
		Arrendamentos a pagar	5
		(-) Juros a apropriar	(1)
		Total do passivo não circulante	4
Transferência para ativos mantidos para venda	(5)	Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	(5)
Ativo total	<u>-</u>	Passivo total	<u>-</u>

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado do exercício a amortização dos ativos de direito de uso (R\$1).

Em 31 de dezembro de 2020, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Ano de vencimento	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>
2021	1	2
2022	1	2
2023	-	2
2024	-	1
Total	<u>2</u>	<u>7</u>

4. FORNECEDORES

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fornecedores	343	3.591
Fornecedores recuperação judicial	<u>2.641</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.984</u>	<u>3.591</u>
Apresentados como:		
Circulante	345	3.591
Não circulante	<u>2.639</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.984</u>	<u>3.591</u>

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores Classe III do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.1, totaliza R\$2.641.

5. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	<u>Passivo</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Renova Energia</u>				
Rateio de despesa ^(a)	264	179	(85)	(138)
Adiantamento para futuro aumento de capital ^(b)	1.079	275	-	-
Total	<u>1.343</u>	<u>454</u>	<u>(85)</u>	<u>(138)</u>

a) Rateio de despesa - refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas, essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital - refere-se ao recurso aportado pela Renova Energia na Companhia, cuja capitalização ocorreu em 22 de março de 2021.

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada da Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (a) acima.

6. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Penalidades ANEEL ^(a)	1.620	1.620
Outros ^(b)	<u>781</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>2.401</u></u>	<u><u>1.620</u></u>
Apresentados como:		
Circulante	1.620	1.620
Não circulante	<u>781</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>2.401</u></u>	<u><u>1.620</u></u>

(a) Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia constituiu provisão no montante de R\$1.620, em favor da ANEEL, referente a penalidades aplicadas pelo cancelamento das outorgas do parque eólico, ocorrido em 4 de junho de 2019.

(b) valores a pagar relacionados a processos cíveis, que compõem os credores Classe III, do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.3, no montante de R\$781.

7. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia revisou a provisão anteriormente constituída (2019, R\$776) para fazer face aos riscos cíveis relacionados a ação cível ajuizada por terceiros em razão de inadimplemento das obrigações contratuais, ajustando os saldos devidos ao plano de recuperação judicial, e transferindo-o a rubrica de outras contas a pagar.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$6.429 e está dividido em 6.428.924 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

8.2. Prejuízo por ação

O prejuízo por ação básico é calculado por meio da divisão do prejuízo do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do exercício	(216)	(2.826)
Prejuízo básico e diluído por ação:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	<u>6.429</u>	<u>6.429</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	<u><u>(0,03)</u></u>	<u><u>(0,44)</u></u>

9. DESPESAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Gerais e administrativas</u>		
Pessoal e administradores	78	124
Seguros	37	-
Impostos e taxas	11	11
Serviços de terceiros ¹	9	(125)
Contingências cíveis e trabalhistas (nota 7)	5	398
Penalidades contratuais e regulatórias (nota 6)	-	1.620
Outras	5	7
	<u>145</u>	<u>2.035</u>
<u>Amortizações (nota 3)</u>	1	1
<u>Outras despesas</u>		
Tust - Tarifa de uso do sistema de transmissão ²	147	249
Outras	(9)	1
	<u>138</u>	<u>250</u>
Total	<u><u>284</u></u>	<u><u>2.286</u></u>

1. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reverteu provisões anteriormente constituídas considerando a não expectativa de realização.

2. A partir de agosto de 2020 a ONS suspendeu a cobrança da Tust para a Companhia.

10. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre fornecedores e impostos	(31)	(424)
Juros sobre obrigação de arrendamento	-	(1)
Outras despesas financeiras	(7)	(9)
	<u>(38)</u>	<u>(434)</u>
Despesas financeiras PRJ		
Juros sobre fornecedores e impostos ¹	106	(106)
Total do resultado financeiro	<u><u>68</u></u>	<u><u>(540)</u></u>

Nota 1: de acordo com a sua política e com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia atualizou o saldo dos seus passivos provisionando os juros com base nas premissas existentes nos contratos vigentes anteriores a 16 de outubro de 2019, data do deferimento do pedido de recuperação judicial. Com a aprovação do plano de recuperação judicial esses valores foram revisados e atualizados conforme previsto no referido plano.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo fiscal do exercício	(294)	(745)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	<u>(3.260)</u>	<u>(2.515)</u>
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(3.554)</u>	<u>(3.260)</u>

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	<u>Valor justo</u>		<u>Valor Contábil</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	345	3.591	345	3.591
Partes relacionadas	264	179	264	179
Não circulante				
Fornecedores	2.639	-	2.639	-
Partes relacionadas	1.079	275	1.079	275

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Custo amortizado	
	31/12/2020	31/12/2019
Passivos Financeiros		
Circulante		
Fornecedores	345	3.591
Partes relacionadas	264	179
Não circulante		
Fornecedores	2.639	-
Partes relacionadas	1.079	275

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Em 18 de dezembro de 2020 o plano de recuperação judicial da Companhia foi aprovado, permitindo alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na nota explicativa 1.1. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida nota explicativa, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

13. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Conforme mencionado na nota 1.1, os planos de recuperação judicial preveem a alienação da UPI AS III Fase B. Assim, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia classificou determinados ativos e passivos, como ativos mantidos para venda e passivo diretamente associados a ativos mantidos para a venda.

<u>Ativos classificados como mantidos para venda</u>	<u>31/12/2020</u>
Imobilizado em curso	1.186
Direto de uso arrendamento	5
Total	<u>1.191</u>
<u>Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda</u>	<u>31/12/2020</u>
Arrendamentos a pagar	<u>5</u>

14. COBERTURA DE SEGUROS

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros da Companhia:

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Garantia executante construtor	R\$ 1.620	31/01/2021	31/01/2022

15. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2020 e 2019, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Direito de uso	3	-	7
Contingências x Outras contas a pagar	7	781	-

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

16.1 Recebimento do DIP

Conforme Fato Relevante divulgado pela controladora Renova Energia, em 05 de março de 2021, o Grupo Renova recebeu o montante de R\$ 362.465 proveniente do empréstimo DIP (Nota 1.1). O recebimento desse recurso permitirá a retomada das obras para conclusão da implantação e entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

16.2 Leilão UPI Fase B

Em março de 2021, a Companhia transferiu determinados ativos e passivos em negociação para a investida Azalea Participações S.A. ("Azalea" ou "UPI Fase B").

Conforme Fato Relevante, em 05 de abril de 2021 a Companhia concluiu a venda da UPI Fase B, nos termos previstos no Edital da referida UPI e nos Planos de Recuperação Judicial do Grupo Renova, sujeita a implementação das condições suspensivas usuais de mercado. A operação transferiu à sociedade Ventos Altos Energias Renováveis Ltda., subsidiária do PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, determinados ativos e direitos do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase B pelo valor de R\$ 50.730, após ajustes pré-fechamentos que reduziu a capacidade instalada dos ativos transferidos de 408MW para 355,2MW, em decorrência da não transferência de determinados direitos. As partes continuarão, durante os próximos 150 dias, a perseguir a transferência dos direitos remanescentes que podem incrementar a capacidade instalada dos ativos e consequentemente maximizar o valor da operação.

16.3 Pagamento de credores

Em 14 de abril de 2021, a Companhia realizou os pagamentos iniciais aos credores da Classe III, de acordo com seu Plano de Recuperação Judicial aprovado no dia 18 de dezembro de 2020, perante o juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, sob o número 1103257- 54.2019.8.26.0100.

16.4 Cessão de crédito - Aumento de capital da controladora Renova Energia

Em 06 de maio de 2021, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da controladora Renova Energia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 01 de março de 2021, no valor de R\$334.397, representado por 58.422.742 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 19.502.468 ações ordinárias e 38.920.274 ações preferenciais.

Todos os créditos dos credores que se manifestaram durante a "1ª Janela do Pedido de Conversão", que inclui credores da Companhia, foram capitalizados no aumento de capital, conforme solicitado pelos credores. Em razão da capitalização desses créditos, a dívida concursal do Grupo Renova foi reduzida em 12,6%, dando prosseguimento à consecução dos meios da recuperação judicial da Companhia.

* * *

Marcelo José Milliet
Diretor

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor


Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA